



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

LEI COMPLEMENTAR Nº 646, DE 04 DE SETEMBRO DE 2007.

"Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remuneração da Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul, cria cargos de carreira, fixa vencimentos, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I

DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE E DOS PRINCÍPIOS

Art. 1º A política de recursos humanos da Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul terá como finalidade a valorização do servidor, a criação de condições favoráveis ao aprimoramento profissional e à manutenção do nível técnico e gerencial dos servidores e o oferecimento de remuneração digna e compatível ao desempenho da função, visando a eficiência e a qualidade da prestação dos serviços públicos de competência do Município.

§ 1º As ações decorrentes da política de recursos humanos da Prefeitura Municipal serão orientadas por projetos que visem o desenvolvimento de ações que permitam a satisfação das necessidades da Administração municipal e a criação de oportunidades para a realização profissional dos seus servidores.

§ 2º Terá caráter permanente as medidas que tenham por objetivo o incentivo à qualificação, ao desenvolvimento pessoal, ao aperfeiçoamento e à complementação da formação profissional dos servidores municipais.

Art. 2º A gestão dos recursos humanos se desenvolverá com fundamento nos princípios constitucionais da legalidade, igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência e estará submetida às normas estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

TÍTULO II

DO SISTEMA DE CARRERAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Vald



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 4º O sistema de carreira para os servidores da Prefeitura Municipal compreende a indicação de posições de maior conteúdo, segundo as linhas de sucessão definidas para cada carreira e das oportunidades para o planejamento do seu desenvolvimento profissional guiado pelas aspirações pessoais.

Art. 5º O sistema de carreira estabelecerá a sucessão ordenada de postos que permitirão a evolução funcional dos servidores dentro do serviço público municipal, orientando-se para a realização profissional e pessoal, assentada nas seguintes premissas:

I – manter identidade entre o potencial profissional e o nível de desempenho exigido no exercício da função ocupada;

II – priorizar a competência profissional e sua identidade com a carreira para facilitar a realização pessoal;

III – atingir a compensação salarial justa e compatível com o conteúdo da função, a complexidade das tarefas e a capacitação, experiência e especialização requeridas para seu desempenho.

Art. 6º A organização do Plano de Carreiras e Remuneração da Prefeitura Municipal tem por finalidade estruturar os cargos efetivos em carreiras, consideradas a natureza, a amplitude e a complexidade das atribuições e responsabilidades das funções que os integram.

Art. 7º O Plano de Carreiras e Remuneração tem por objetivos democratizar as oportunidades de ascensão profissional, incentivar a qualificação do servidor e implantar o sistema de mérito na Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA DO PLANO

Art. 8º A estrutura do Plano de Carreiras e Remuneração é formada por carreiras reunidas nos seguintes grupos ocupacionais:

I - **Grupo Atividades de Atuação Finalística** - integrado pelas carreiras cujos conteúdos dos cargos e funções requerem dos servidores conhecimentos técnicos especializados para a execução de atividades típicas e de competência exclusiva da Prefeitura Municipal;

II - **Grupo Atividades de Gestão Institucional** - constituído pelas carreiras cujos cargos e funções têm atribuições relacionadas às atividades técnico-funcionais e de apoio-operacional, administrativo e/ou auxiliar nos órgãos da Prefeitura Municipal;

III - **Grupo Direção, Gestão e Acompanhamento** - composto pelas carreiras de provimento em comissão que têm atribuições de atendimento às atividades de comando, gestão, chefia, coordenação, supervisão, planejamento e controle, bem como as de acompanhamento e assistência e direção, órgão e entidades integrantes da estrutura da Prefeitura Municipal.

§ 1º As carreiras se desdobram em categorias funcionais de natureza, complexidade e responsabilidade semelhantes e integradas por funções com níveis de escolaridade, qualificação e habilitação profissional semelhantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

§ 2º O Grupo Ocupacional Direção, Gerência e Assessoramento será integrado por cargos lotados, identificados por símbolos, denominações e remuneração fixados em Lei.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURAÇÃO DAS CARRERAS

Art. 1º As carreiras têm identidade com o conjunto de categorias funcionais que as integram e evidenciam a linha de crescimento funcional do servidor pela adição cumulativa de atribuições com maior complexidade e responsabilidades e em razão da elevação hierárquica das relações funcionais.

Art. 16. As categorias funcionais correspondem à divisão básica das carreiras e compreendem as funções que identificam os postos de trabalho, segundo especializações, habilitações e profissões.

Art. 15. As carreiras que compõem os Grupos Ocupacionais Atividades de Atuação Finalística e Atividades de Gestão Institucional são identificadas pelas seguintes denominações:

I – Grupo Atividades de Atuação Finalística:

- a) Magistério Municipal;
- b) Serviços de Saúde Pública;
- c) Serviços de Apoio Educacional;
- d) Serviços de Apoio às Ações Sociais;

II – Grupo Atividades de Gestão Institucional:

- a) Serviços de Fiscalização Municipal;
- b) Serviços Organizacionais;
- c) Serviços Operacionais e Auxiliares.

CAPÍTULO IV DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS E DAS FUNÇÕES

Art. 12. As categorias funcionais que compõem as carreiras do Plano de Carreiras e Remuneração têm as seguintes denominações:

I – Magistério Municipal:

- a) Profissional de Educação;

II – Serviços de Saúde Pública:

- a) Profissional de Medicina;

[Handwritten signature and stamp area]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

II - Profissionais de Serviços de Saúde:

- a) Técnico de Serviços de Saúde II;
- b) Técnico de Serviços de Saúde I;
- c) Assistente de Serviços de Saúde II;
- d) Assistente de Serviços de Saúde I;

III - Serviços de Apoio Educacional:

- a) Gestor de Atividades Educacionais;
- b) Assistente de Atividades Educacionais II;
- c) Assistente de Atividades Educacionais I;
- d) Assistente de Atividades Educacionais I;

IV - Serviços de Apoio às Ações Sociais:

- a) Gestor de Ações Institucionais;
- b) Assistente de Ações Institucionais II;
- c) Assistente de Ações Institucionais I;

V - Serviços de Fiscalização Municipal:

- a) Fiscal de Tributos Municipais II;
- b) Fiscal de Tributos Municipais I;
- c) Fiscal de Obras e Meio Ambiente;
- d) Fiscal de Posturas e Consumo;
- e) Técnico de Fiscalização de Trânsito;

VI - Serviços Organizacionais:

- a) Gestor de Atividades Organizacionais;
- b) Técnico de Atividades Organizacionais;
- c) Assistente de Serviços Organizacionais II;
- d) Assistente de Serviços Organizacionais I;

VII - Serviços Operacionais e Auxiliares:

- a) Agente de Serviços (Especializados II);
- b) Agente de Serviços (Especializados I);
- c) Agente de Serviços (Especializados I);
- d) Auxiliar de Serviços Operacionais II;
- e) Auxiliar de Serviços Operacionais I;

Art. 11. Os cargos têm a mesma denominação das categorias funcionais instituídas neste artigo e serão identificados no ato de provimento de candidato nomeado após aprovação em



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

concurso público.

Art. 14. As categorias funcionais são integradas por funções, conforme identificadas no Anexo I, que têm identidade e continuidade entre os níveis de conhecimento, a habilitação acadêmica e ou as habilidades profissionais necessárias ao exercício de suas atribuições.

§ 1º A função será ocupada por designação do Prefeito Municipal, no ato de provimento do cargo que a mesma integra.

§ 2º O servidor poderá passar a ocupar qualquer função integrante da sua categoria funcional, desde que a nova designação não implique em acréscimo pecuniário na respectiva remuneração permanente e o designado atenda aos requisitos profissionais exigidos para seu exercício.

§ 3º O quantitativo de funções será estabelecido pelo Prefeito Municipal e corresponderá ao número de cargos criados por lei para a respectiva categoria funcional, observada a vinculação estabelecida no Anexo I.

Art. 15. As categorias funcionais são desdobradas em oito classes, identificadas pelas letras maiúsculas A, B, C, D, E, F, G e H, que apontam a escala hierárquica vertical para definição dos valores das remunerações segundo o tempo de serviço.

Parágrafo único. As categorias funcionais do Grupo Magistério são desdobradas em níveis e classes conforme estabelecido no respectivo Estatuto.

Art. 16. A movimentação nos cargos de uma classe para outra observará o interesse mínimo de efetivo exercício do cargo e os limites de cargos criados para a respectiva categoria funcional, de acordo com a seguinte escala:

- I – na Classe B, até cinquenta por cento dos cargos, no mínimo três anos;
- II – na Classe C, até quarenta por cento dos cargos, no mínimo cinco anos;
- III – na Classe D, até trinta por cento dos cargos, no mínimo sete anos;
- IV – na Classe E, até vinte e cinco por cento dos cargos, no mínimo nove anos;
- V – na Classe F, até vinte por cento dos cargos, no mínimo onze anos;
- VI – na Classe G, até quinze por cento dos cargos, no mínimo treze anos; e
- VII – na Classe H, até dez por cento dos cargos, no mínimo quinze anos.

Parágrafo único. Os tempos de efetivo exercício e os limites por classe não se aplicam no caso de empacotamento e na realização da promoção funcional, que observará interesse próprio.

Art. 17. Os requisitos básicos para provimento nos cargos que integram o Plano de Cargos e Remuneração instituído por esta Lei Complementar são os discriminados no Anexo I.

§ 1º A escelaridade prevista para o exercício de cargo corresponderá à graduação ou licenciatura, quando de nível superior, ao nível médio ou ao nível fundamental, no caso do último



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

podendo ser completo ou incompleto.

§ 2º O ato de nomeação pública poderá exigir, para a seleção dos candidatos ao provimento dos cargos do carreira, outros requisitos relacionados à capacitação ou habilitação profissional específicos ou demonstração de habilidades para exercer as funções da função.

Art. 18. Compete ao Prefeito Municipal, em regulamento específico, aprovar as descrições de cada cargo e as especificações de cada função, onde deverão estar discriminadas, em especial:

- I - a denominação do cargo, suas referências salariais e as funções que o integram;
- II - a denominação de cada função e o detalhamento das respectivas atribuições;
- III - as funções típicas de cada função; e

IV - os requisitos básicos exigidos e recomendáveis e as características essenciais para seleção e provimento do cargo, assim como para exercício da função.

Art. 19. Ficam criados para compor o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal os cargos efetivos constantes do Anexo II, para implantação do Plano de Carreira e Remuneração.

§ 1º Na quantificação dos cargos criados estão incluídos os que resultarão da transformação dos ocupados pelas carreiras da Prefeitura Municipal, conforme condições estabelecidas nesta Lei Complementar.

§ 2º O ato de provimento nos cargos do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal discriminará a denominação da categoria funcional, a função a ser ocupada, o nível e a classe, assim como a origem da vaga, a denominação da carreira e a data de criação.

§ 3º O Prefeito Municipal fica autorizado a extinguir e a transformar cargos criados nesta Lei Complementar, sem aumento de despesa, em outros cargos de mesma natureza de provimento, justificado o interesse público e a conveniência administrativa.

CAPÍTULO V DOS CARGOS EM COMISSÃO

Art. 20. Os cargos que compõem o Grupo Despesável Direção, Gerência e Assessoramento agrupam-se pela natureza das atribuições de direção e gerência e de assessoramento especializado e técnico e classificam-se, segundo grau de responsabilidade, poder decisório, posição hierárquica e complexidade das atribuições, nos seguintes subgrupos:

I - **Subgrupo I - Direção e Gerência** - agrupa os cargos que se destinam ao andamento de atividades típicas e características de comando, gerência, coordenação, planejamento, controle e supervisão dos órgãos, entidades ou unidades organizacionais que integram a estrutura da Prefeitura Municipal.

II - **Subgrupo II - Assessoramento Especializado** - agrupa os cargos que se destinam ao andamento de atividades típicas e características das atribuições de consultoria, assessoramento técnico e ou administrativo a dirigentes, órgãos, entidades ou unidades da estrutura da



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Prefeitura Municipal

Designação única. Os cargos integrantes do Grupo Ocupacional Direção, Gerência e Assessoramento são de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal.

Art. 25. Os símbolos e denominação dos cargos em comissão da Prefeitura Municipal são estabelecidos no Anexo III e sua atribuição deverá ser conformidade com a hierarquia funcional e a estrutura organizacional do Poder Executivo.

§ 1º Os cargos em comissão deverão ser ocupados por pessoas habilitadas em nível de nível superior ou aquelas que tiverem reconhecidos conhecimentos técnicos ou administrativos para exercício de suas atribuições.

§ 2º São privativos dos servidores efetivos vício por coto das cargas em comissão de destinados às funções de direção, gerência, chefia e assessoramento a autoridades, órgãos, entidades da Prefeitura Municipal.

§ 3º O Prefeito Municipal fica autorizado a transformar cargos em comissão em outros de mesma natureza do provimento, sem aumento de despesa.

CAPÍTULO IV DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Art. 26. As funções de confiança representam o exercício por servidor ocupante de cargo de carreira, em extensão às tarefas próprias de sua função, de atribuições de chefia intermediária, supervisão ou assistência técnica ou operacional.

Art. 27. A função de confiança será instituída por ato do Prefeito Municipal, observadas as denominações e símbolos fixados no Anexo IX.

§ 1º A função de confiança constitui ampliação temporária das atribuições de cargo e será ocupada privativamente por servidor da Prefeitura Municipal que atenda aos requisitos previstos no ato de sua instituição.

§ 2º A classificação da função decorre do nível de responsabilidade das atribuições de chefia, coordenação, supervisão, planejamento e controle, bem como da complexidade das tarefas de assistência técnica e ou de apoio operacional que serão conferidas ao servidor designado.

§ 3º O servidor designado para exercer função de confiança receberá gratificação de acordo com a respectiva escolaridade, conforme parâmetros estabelecidos no Anexo X.

Art. 28. Compete ao Prefeito Municipal a designação e dispensa do servidor para ocupar função de confiança e se o servidor terá o índice por ser detentor de escolaridade de nível superior.

CAPÍTULO V DOS QUADROS DE PESSOAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Seção I

Da Organização dos Quadros de Pessoal

Art. 25. A organização dos quadros de pessoal da Prefeitura Municipal e de entidades do direito público que integram a estrutura do Poder Executivo será efetuada observados os seguintes regras:

I - o Quadro Permanente da Prefeitura Municipal é integrado por todos os cargos criados para permitir ao órgão da administração direta da Prefeitura Municipal exercer as atividades de sua competência;

II - as Tabelas de Pessoal são vinculadas a cada Secretaria Municipal ou órgão vinculado diretamente ao Prefeito Municipal e identificam a lotação, mediante identificação do número de cargos e funções necessários à consecução de suas competências;

III - as Quadros de Pessoal de cada entidade do direito público identificam a respectiva lotação, representada pelo número de cargos e funções necessários à consecução de suas competências;

§ 1º Os Quadros e Tabelas de Pessoal discriminam, por denominações, símbolos e quantitativos os cargos de carreira, as funções que os compõem, os cargos em comissão e as funções de confiança que lhes são vinculadas;

§ 2º Os cargos de carreira e as funções que os integram, os cargos em comissão e as funções de confiança serão distribuídos e alocados às Tabelas ou aos Quadros de Pessoal de entidade da administração indireta por ato do Prefeito Municipal, de acordo com suas necessidades de recursos humanos;

Seção II

Da Movimentação nos Quadros de Pessoal

Art. 26. As alterações de lotação e as movimentações dos servidores entre Quadros de Pessoal dar-se-ão por:

I - remoção - passagem do servidor de um Quadro de Pessoal para outro, a pedido, por permuta ou por interesse e determinação do Prefeito Municipal, no

II - redistribuição - passagem, no interesse da Prefeitura Municipal, de cargo e função e do respectivo ocupante, de um Quadro de Pessoal para outro, a fim de promover ajustamento, em razão de extinção, reorganização ou criação de órgãos, entidades e comunidades;

§ 1º A remoção de alto escalão para ocupar cargo regido quando a pedido, por permuta entre servidores ocupantes do mesmo cargo e a redistribuição resultará na ampliação do Quadro de Pessoal;

§ 2º Nas alterações e trocas, conforme situações previstas em lei, o servidor não perderá sua lotação no Quadro de origem;

§ 3º A remoção e a redistribuição implicam na redução do número de cargos e funções de um Quadro para o ampliação de outro, salvo quando a remoção decorrer de permuta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Seção II Do Ingresso no Quadro Permanente

Art. 27. O ingresso nos cargos de carreira dar-se-á na classe A, após aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, atendidas as requisitos para provimento fixados em lei, regulamento e no edital de abertura do concurso.

§ 1º Os requisitos relativos às exigências para seleção de candidatos ao provimento nos cargos efetivos, bem como o prazo de validade do concurso, serão fixados no edital de abertura do concurso que deverá ter ampla divulgação na imprensa oficial e local.

§ 2º O concurso público terá por objetivo recrutar e selecionar candidatos interessados em ocupar cargos e funções que os completem, de acordo com as vagas identificadas por função independente de cargo de carreira, habilitação profissional e ou especialização.

§ 3º As vagas oferecidas no concurso público serão identificadas, nominal e quantitativamente, por funções e serão providas obedecendo a classificação do candidato por função e ou especialização ou habilitação profissional, conforme definido no edital.

Art. 28. Serão reservadas nos concursos públicos até cinco por cento das vagas oferecidas a pessoas portadoras de deficiência física.

§ 1º Será exigida do candidato inscrito na condição prevista neste artigo que atenda aos requisitos de habilitação e capacitação profissional para exercício da função e que a deficiência de que seja portador não impeça de exercer as atribuições da mesma.

§ 2º A classificação dos candidatos inscritos na conformidade deste artigo será em separado e assegurada aos aprovados no concurso público a nomeação alternada entre uma vaga para o deficiente e uma para a classificação geral, até o limite das vagas destinadas a essa condição de provimento.

Art. 29. O servidor nomeado em virtude da aprovação em concurso público permanecerá em estágio probatório durante três anos e não poderá ser afastado, durante esse período, do exercício das atribuições da respectiva função.

§ 1º O servidor em estágio probatório poderá ocupar cargo em comissão ou função de confiança, desde que em âmbito da Prefeitura Municipal, cuja atribuições tenham relação com as tarefas inerentes à respectiva função, sendo avaliado neste período.

§ 2º O servidor efetivo da Prefeitura Municipal aprovado em concurso público para cargo de seu Quadro de Pessoal cumpre estágio funcional por cento e oitenta dias, período no qual será avaliado quanto às suas condições e habilidades para o exercício da nova função.

Art. 30. O servidor será considerado insatisfeito no cargo, após formalmente acatadas as atribuições, as diversas e as responsabilidades da função de nomeação, mediante o compromisso de bom desempenho, em observância da lei, da norma e aos regulamentos.

Parágrafo único. O efetivo exercício do servidor será contado a partir da data de início do desempenho da função para a qual tenha sido nomeado e investido no cargo da Prefeitura Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

onde passará a ser lotação.

TÍTULO III

DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I Das Modalidades

Art. 20. O desenvolvimento funcional na carreira terá por objetivo proporcionar aos servidores municipais oportunidades de crescimento pessoal, profissional e funcional, mediante as seguintes modalidades:

I - **progressão funcional** - movimentação de meritos da Magistrato Municipal de um trial para outro em virtude de nova habilitação;

II - **promoção vertical** - movimentação do servidor de uma classe para outra imediatamente seguinte, dentro do respectivo cargo, e

III - **promoção funcional**, passagem do servidor de um cargo para outro, de posição imediatamente superior, dentro da mesma carreira, atendidos, necessariamente, os requisitos para a nova investidura.

§ 1º O servidor em estágio probatório não concorrerá à promoção, valendo o tempo do serviço desse período para contagem destinada à declaração de sua estabilidade.

§ 2º A progressão funcional na Magistrato Municipal ocorrerá nas datas e condições estabelecidas em disposições específicas constantes do respectivo Estatuto.

Seção II Da Promoção Vertical

Art. 21. A promoção vertical ocorrerá anualmente, pelas critérios de antiguidade e merecimento, quando existir vaga disponível para movimentação à classe imediatamente seguinte à ocupada.

§ 1º A promoção vertical ocorrerá uma vez por ano, no mês de outubro, conforme regulamento aprovado pela Prefeitura Municipal.

§ 2º Para concorrer à promoção vertical o servidor deverá contar de efetivo exercício na classe do cargo ocupado, no mínimo:

I - um mil quatrocentos e sessenta dias para concorrer por antiguidade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

II - setenta e cinco dias e estar incluído entre os melhores por cento melhores avaliados na classe, para concorrer por merecimento.

§ 2º A confirmação de atendimento do requisito de tempo de serviço exigido para concorrer à promoção vertical inclui as contagens de afastamentos e licenças superiores a cento e oitenta dias e ocorridas durante o período de aplicação desse requisito, mesmo quando considerados de efetivo exercício.

§ 3º O servidor será classificado, para fins de concorrer à promoção vertical por merecimento ou antiguidade, pela pontuação dada na avaliação e ou pelo tempo de efetivo exercício, independentemente da função que ocupou.

Art. 22. No caso de empate na pontuação por merecimento ou na contagem de tempo de serviço, por a fim de promoção, serão utilizados os seguintes critérios:

I - no merecimento, a maior pontuação total dos fatores, sucessivamente, qualidade do trabalho e produtividade no trabalho, depois, assiduidade e pontualidade com disciplina e zelo funcional e, por último, assiduidade e pontualidade e produtividade no trabalho;

II - no tempo de serviço, sucessivamente, maior tempo na função ocupada, no cargo, na carreira e, por último, no serviço público municipal.

Parágrafo único. Perante o empate, após aplicados os critérios definidos neste artigo, será escolhido o de maior idade e, permanecendo igual, será realizado o sorteio.

Art. 24. Não concorrerá à promoção vertical o servidor que no período correspondente aos dois meses imediatamente anteriores à data prevista para a sua eleição, registrar uma ou mais de uma das seguintes situações:

I - ter mudado de cargo no período;

II - ter se licenciado, por qualquer motivo, por mais de cento e oitenta dias consecutivos ou intercalados;

III - ter registro de suspensão por período superior a quinze dias, mesmo quando convertido em multa, exceto na promoção por antiguidade;

IV - ter registro de afastamento, observado o disposto no inciso II, ou ausência para outro órgão ou entidade não integrante da estrutura da Prefeitura Municipal, por mais de noventa dias.

§ 1º A realização da promoção vertical dependerá da divulgação do quantitativo de vagas disponíveis para esta modalidade de promoção, trinta dias antes da data prevista para a sua eleição.

§ 2º O servidor terá assegurada a contagem do tempo de serviço para concorrer à promoção vertical, a partir da data de assinatura de sua última movimentação no cargo anterior à transformação prevista nesta Lei Complementar.

§ 3º A promoção vertical ocorrerá na proporção de uma vaga por antiguidade e outra por merecimento, observado os limites de vagas para cada classe do cargo ocupado, conforme fixado



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

desta Lei Complementar.

§ 4º Quando na aplicação dos limites percentuais resultar dígito igual ao superior e mais ponto, o quantitativo será arredondado para o número inteiro imediatamente seguinte, sendo reservado para toda classe, pelo menos, uma vaga para promoção anual.

§ 5º O tempo de serviço para concorrer à promoção vertical será apurado em 31 de julho do ano de sua ocorrência e divulgado até o dia trinta de agosto, por edital, identificando os nomes e respectivos tempos na carreira e no cargo dos servidores concorrentes à promoção.

§ 6º Após quatro anos de classificação na classe II, o servidor não-classificado não terá sua vaga contada para apuração de limite, para fins de promoção vertical dos servidores incluídos na classe I.

Seção II

Da Promoção Funcional

Art. 38. A promoção funcional ocorrerá quando existir vaga em cargo da carreira que esteja incluído em linha de promoção funcional e sempre que existir candidato apto a concorrer a esta modalidade de movimentação.

§ 1º As linhas de acesso para a promoção funcional nas carreiras correspondem aos parâmetros de hierarquia definidos no Anexo II.

§ 2º A movimentação do servidor para outra categoria funcional, em virtude de promoção funcional, implica na transformação do seu cargo segundo para o qual esta sendo movimentado na solução da sua vaga no cargo anterior.

§ 3º O servidor que tiver seu cargo transformado, na forma desta Lei Complementar, poderá concorrer à promoção funcional iniciando a contagem do tempo de efetivo exercício iniciada da data do provimento no cargo que lhe originou a transformação.

Art. 39. Para concorrer à promoção funcional, o servidor deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições:

I - contar no mínimo um mil e oitocentos e vinte e cinco dias de provimento no cargo ocupado e estar classificado na classe II ou acima;

II - comprovar a escolaridade exigida, a habilitação e ou especialização profissional exigida para investidura no cargo pretendido e na função que o integra;

III - estar incluído entre os candidatos por certo número avaliados no respectivo cargo/função no último ano.

Parágrafo único. A confirmação do atendimento do requisito tempo de serviço exigido para concorrer à promoção funcional ocorrerá no afastamento e licença, desde que o tratamento do servidor, até noventa dias, e posterior, ocorridos durante a ausência desses intervalos, por motivos superiores a trinta dias.

Art. 39. Não concorrerá à promoção funcional o servidor que se apresentar, em uma ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

mais de uma, das seguintes situações:

I - ter sido afastado de cargo no período nos doze meses imediatamente anteriores à data prevista para a ocorrência da promoção funcional;

II - ter sido suspenso por período superior a quatro dias nos doze meses imediatamente anteriores à data de publicação do edital de convocação de interessados em concorrer à promoção funcional;

III - ter registro de ausência para não comparecer ou entidade não integrante da estrutura da Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul.

Art. 28. O servidor cujo procedimento se der por promoção funcional deverá submetido ao estágio de certo e oferta duas para avaliação da sua capacidade para exercer a nova função, permanecendo no cargo anterior até a sua aprovação nesse estágio.

§ 1º Durante o estágio, de que trata este artigo, o servidor permanecerá o vencimento e vantagens do novo cargo, a título de bolsa, e as vantagens pessoais do cargo que estiver ocupando.

§ 2º O procedimento no novo cargo será formalizado no dia imediatamente seguinte à aprovação do servidor no estágio funcional de que trata este artigo.

§ 3º O servidor promovido será posicionado no novo cargo na classe A ou na classe de vencimento de valor imediatamente superior ao do cargo ocupado.

Art. 29. A promoção funcional depende da divulgação, no edital de convocação, do quantitativo de vagas disponíveis para cada modalidade de promoção e das exigências que devem ser atendidas pelos candidatos à movimentação na carreira.

Parágrafo único. O edital de convocação dos interessados em concorrer à promoção funcional deverá indicar o cargo, vaga e função a ser ocupada pelo servidor promovido.

CAPÍTULO II

DE AVALIAÇÃO E DO DESEMPENHO

Art. 40. A avaliação de desempenho terá por objetivo medir o rendimento e o desenvolvimento do servidor no exercício da função e será processada com base nos seguintes fatores:

- I - assiduidade e pontualidade;
- II - disciplina e zelo funcional;
- III - iniciativa e proatividade;
- IV - qualidade de trabalho;
- V - produtividade no trabalho;
- VI - ética e idoneidade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

VII - aproveitamento em programas de capacitação

Art. 41. O sistema de avaliação de desempenho deverá considerar as condições e os requisitos relativos à formação profissional, capacitação obtida em cursos de formação ou especialização, o exercício da função de confiança e no cargo em comissão e a participação em comitês, comissões ou grupos de trabalho ou semelhantes.

§ 1º Serão tomados em consideração, ainda, a natureza das atividades desempenhadas pelo servidor e as condições em que estas são exercidas, segundo as regras e critérios estabelecidos no regulamento específico aprovado pelo Prefeito Municipal.

§ 2º O sistema de avaliação deverá observar a destinação de no mínimo sessenta por cento dos seus pontos para os critérios referidos nos incisos I, II, VI e VII do caput deste artigo.

Art. 42. Para ser de identificação do conceito do servidor, para fins de demissão por insuficiência de desempenho ou exoneração durante o estágio probatório, será instituída a seguinte escala de conceitos e pontuação, considerando a pontuação final obtida na avaliação anual:

I – muito bom, mais de oitenta por cento dos pontos;

II – bom, mais de sessenta e cinco e até oitenta por cento dos pontos;

III – regular, mais de cinquenta e até sessenta dos pontos;

IV – insatisfatório, até cinquenta dos pontos.

Art. 43. A avaliação de desempenho do servidor durante o estágio probatório será realizada a cada semestre, com base nos fatores destacados nos incisos I, II, III, IV e V do art. 40 desta Lei Complementar.

Parágrafo único. O servidor que não atingir a pontuação mínima nos fatores de avaliação do estágio probatório será excluído se obtiver dois conceitos insatisfatório, consecutivos ou não, ou ao final de cinco avaliações sua avaliação final for inferior ao conceito regular e, se atípico, será reconduzido ao cargo anterior.

Art. 44. A avaliação de estágio funcional do servidor atípico no serviço público municipal, nos cento e oitenta primeiros dias do exercício do novo cargo, verificará seu desempenho na função, em base aos fatores iniciativa e proleza, qualidade de trabalho e produtividade no trabalho.

Parágrafo único. O servidor em estágio funcional, quando comprovado o não atendimento dos requisitos de avaliação de desempenho nesse período, será mantido no cargo do anterior.

Art. 45. A avaliação de desempenho anual ou no período de estágio probatório do servidor será realizada pelo secretário e pelo chefe imediato e seus resultados serão considerados por comissão integrada por um representante dos interesses dos servidores municipais e dois membros ocupantes de cargo de carreira da respectiva secretaria.

§ 1º As comissões serão constituídas por carreira e fonte vinculadas ao órgão central de recursos humanos da Prefeitura, e seus membros serão nomeados pelo Prefeito Municipal, para



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

mandato de um ano, permitida a recondução.

§ 2º A apólice das métricas da comissão deverá incidir em servidor cuja avaliação de desempenho, do ano imediatamente anterior, corresponda ao conceito bom ou superior.

§ 3º Cabe à comissão assegurar que o servidor tenha ciência do resultado de todas as avaliações periódicas, durante o estágio probatório ou avaliação anual, para exercício do contraditório e da ampla defesa.

§ 4º Os recursos de recusa da avaliação de desempenho serão apresentados pelos servidores antes apreciados e julgados pela comissão de avaliação.

TÍTULO IV

DO SISTEMA DE REMUNERAÇÃO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 46. O sistema de remuneração do Plano de Cargos e Remuneração é constituído das regras sobre fixação de vencimentos e concessão de vantagens financeiras.

Art. 47. As vantagens financeiras são identificadas por adicionais e gratificações sobre atividades em razão do cargo, da função ou como vantagem pessoal, sendo por fundamento a natureza da função, as condições de exercício da função e os dois locais de trabalho.

Art. 48. Não poderá ser paga a servidor ativo da Prefeitura Municipal remuneração superior à fixada para o Prefeito Municipal, nem menor que o salário-mínimo nacional vigente.

§ 1º São excluídas dos limites fixados neste artigo as indenizações, os auxílios financeiros, a gratificação natalina, o adicional de férias, a gratificação por serviço extraordinário e outras vantagens de natureza exclusivamente indenizatória.

§ 2º Quando a remuneração permanente, excluídas as parcelas remuneratórias referidas no § 1º, for inferior a um salário-mínimo nacional, será assegurada ao servidor uma parcela complementar para atingir esse valor.

Art. 49. É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos para efeito de remuneração do pessoal da Prefeitura Municipal, ressalvadas os casos de economia demonstrada com base na avaliação do cargo e função, nos termos do § 1º do art. 39 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à fixação de remuneração dos servidores contratados por prazo determinado para funções eventuais ou temporárias, com fundamento no inciso II do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 50. Cabe ao Prefeito Municipal fixar as bases e condições para concessão e pagamento de vantagens instituídas pela Lei Complementar a servidores públicos da Prefeitura Municipal, bem como aquelas relativas à disposição do Poder Executivo.

Art. 51. As percepções de vantagens pelos servidores da Prefeitura Municipal não



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

serão computadas nem acumuladas para concessão de adicionais ulteriores.

Art. 52. Os vencimentos e as vantagens previstas nesta Lei Complementar somente poderão ser pagos a servidores que tenham suas cargas transformadas ou ingressarem nos regimes instituídos no Anexo II, ressalvadas as admitidas temporariamente, para atender situações de excepcional interesse público.

§ 1º São incluídas sobre os vencimentos das cargos criados por esta Lei Complementar as percentuais e critérios de concessão e pagamento de gratificações e adicionais vigentes na data de sua publicação.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica à gratificação natalina, ao adicional por tempo de serviço e ao abono de férias, bem como aos auxílios financeiros, às diárias e àquelas de custo.

CAPÍTULO II

DOS VENCIMENTOS

Seção I

Dos Vencimentos das Categorias Funcionais

Art. 53. Os vencimentos das cargas relativas integrantes das categorias funcionais que compõem as carreiras do Plano de Carreiras e Remuneração são os fixados no Anexo IV e os padrões de vencimento das categorias funcionais são os determinados no Anexo V.

Parágrafo único. Os vencimentos da carreira do Magistério Municipal são fixados no respectivo Estatuto.

Seção II

Dos Cargos em Comissão

Art. 54. Os vencimentos das cargas em comissão e os limites percentuais da gratificação de representação são fixados no Anexo VII.

Art. 55. O servidor público nomeado para ocupar cargo em comissão poderá optar pela concessão do vencimento e representação do respectivo cargo em comissão ou pelo vencimento e vantagens pessoais de seu cargo de carreira ou de origem, acrescido da gratificação de representação pelo exercício de cargo em comissão.

CAPÍTULO III

DAS VANTAGENS PECUNÁRIAS

Seção I

Das Despesas com Prêmios

Art. 56. O pagamento de vantagens pecuniárias identificadas como adicionais às gratificações terá caráter permanente ou eventual, conforme estabelecido nesta Lei Complementar e no regulamento específico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

§ 1º As vantagens financeiras serão devidas, concedidas ou atribuídas em razão da natureza ou do exercício do cargo ou função, das condições de trabalho ou do local em que o trabalho é exercido.

§ 2º Não poderá ser pensão, cumulativa, concomitante e ou concomitantemente adicional e gratificação que remanejem a mesma situação de condição de trabalho ou tenham o mesmo fundamento.

Seção II **Das Adicionais**

Art. 57. Os adicionais são vantagens pecuniárias conferidas ao servidor em razão do desempenho de cargo/função que se formam pela decorrência de tempo, inerentes ao exercício do cargo ou função e são identificadas como:

I – adicional de incentivo à capacitação – para incentivar o servidor a obter escolaridade superior à requerida para o cargo ocupado, visando maior qualidade e eficiência na prestação dos serviços públicos;

II – adicional de incentivo ao magistério – para retirar membros do Magistério Municipal pelo exercício de suas funções em condições especiais, conforme definido no respectivo Estatuto;

III – adicional de produtividade fiscal – para incentivar os ocupantes de função da carreira Serviços de Fiscalização que têm como atribuição funcional a realização de fiscalização de serviços, atividades e receitas devidas por contribuintes, a arrecadação de receitas municipais, a emissão de multas e autos de infração e o pagamento de tributos fiscais, e

IV – adicional de função – para compensar as condições de trabalho que implique em risco, cansaço mental ao final do dia de trabalho, desgaste físico decorrente da execução de tarefas rotineiras em condições desfavoráveis, devido à natureza das atribuições e o nível de responsabilidade da função.

Art. 58. O adicional de capacitação previsto no inciso I de cada deste artigo será assegurado aos ocupantes das cargos integrantes das categorias funcionais integrantes das carreiras discriminadas nos incisos II a VI do art. 12, por uma taxa escalonada ou fixação, nas seguintes condições:

I – pela conclusão do nível fundamental, para os ocupantes de cargo de nível fundamental incompleto ou alfabetizado;

II – pela conclusão do nível médio, para os ocupantes de cargo de escolaridade inferior;

III – pela conclusão de curso de nível superior, para os ocupantes de cargo de nível médio ou outro curso de nível superior com graduação diferente da exigida para o cargo ocupado;

IV – pela pós-graduação com titulação de especialização, de mestrado ou de doutorado, para os ocupantes de cargo de nível superior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

§ 1º A vantagem por curso extra de nível superior, mesmo os servidores detentores do cargo dessa escolaridade na data da vigência desta Lei Complementar, será concedida somente após dois anos de conclusão.

§ 2º A extra qualificação de nível superior somente servirá para concessão do adicional de capacitação se tiver sido concluída após ingresso do requerente no serviço público.

§ 3º O adicional de capacitação será concedido ao servidor em estágio probatório somente após obter duas concessões bem ou melhor, em duas avaliações consecutivas nesse período.

§ 4º Equipara-se a nova escolaridade, para fins de deferimento do adicional de incentivo à capacitação, os cursos profissionalizantes, de no mínimo duzentos e cinquenta horas/aula, constantes por ocupantes de cargos de nível médio e que os habilita para exercer ou ocupar outra função da respectiva carreira.

§ 5º Considera-se como comprovante da nova escolaridade a nível superior o diploma devidamente registrado no MEC ou órgão competente.

Art. 88. O adicional de incentivo à capacitação será concedido mediante requerimento do servidor, a partir da semester seguinte ao de comprovação da conclusão do curso, na proporção de:

I – vinte por cento pela conclusão de curso de formação ou formação superior à exigida para o exercício de seu cargo/função;

II – quinze por cento quando a nova escolaridade ou formação servir como capacitação para o exercício das atribuições e tarefas da respectiva função ou de função integrante da categoria imediatamente superior àquela que o respectivo cargo integra.

Art. 89. O adicional de incentivo ao magistério será atribuído a membros da carreira do Magistério Municipal conforme índices e situações estabelecidas no respectivo Estatuto.

Art. 90. O adicional de produtividade fiscal será atribuído no limite de duas vezes o vencimento base de cargo, como incentivo à obtenção de melhores resultados nos trabalhos de fiscalização, que serão avaliados pela qualidade e quantidade do trabalho, conforme regulamento aprovado pelo Prefeito Municipal.

§ 1º A produtividade será atribuída com base na avaliação de desempenho coletiva e individual por período não superior a três meses.

§ 2º O pagamento do adicional de produtividade fiscal dependerá do resultado da avaliação, com base na demonstração das ações fiscais e dos procedimentos realizados pelo servidor pessoalmente, com base em indicadores emitidos pela unidade de trabalho do servidor e todos os indivíduos associados pelo avaliado e pela chefia imediata.

§ 3º O valor do adicional de produtividade resultará da avaliação do desempenho pessoal e da apuração do incremento relativo de arrecadação da receita municipal pela ação fiscal, como desempenho relativo, das integrantes da carreira.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 42. O adicional de função tem natureza permanente e será concedido na forma da lei orgânica por meio do respectivo vencimento, conforme regulamento aprovado pela Prefeitura Municipal.

§ 1º Os índices percentuais do adicional de função serão fixados em decreto, considerando a natureza das funções destacadas no inciso IV do art. 37 e atribuídas a cada função beneficiada.

§ 2º O adicional de função atribuído aos ocupantes de cargos/ funções da carreira Saúde Pública abrange as gratificações de insalubridade no período de 01, por terem igual fundamento.

§ 3º O adicional de função não será pago quando o servidor se afastar do exercício das atribuições da respectiva cargo/função, salvo para ocupar função de confiança ou cargo em comissão em órgão da Prefeitura Municipal, cujas atribuições e responsabilidades tenham relação direta com as da cargo/função ocupado.

Art. 43. Os adicionais discriminados no art. 37 compõem a base de cálculo para a contribuição previdenciária dos servidores, por se constituírem de vantagens inerentes ao cargo/função.

Seção II

Das Gratificações

Art. 44. As gratificações se constituem de vantagens pecuniárias concedidas em caráter transitório e temporário, em razão da prestação de serviços em condições especiais, assim identificadas:

I - de representação de cargo em comissão - pelo exercício de cargo em comissão, em percentual estabelecido individualmente, observadas as limitações percentuais fixadas para o símbolo de respectivo cargo em comissão;

II - pelo exercício de função de confiança - atribuída a servidor designado pela Prefeitura Municipal, conforme percentuais e condições fixadas fixadas nesta Lei Complementar;

III - de incentivo à produtividade - para incentivar a obtenção de melhores resultados no exercício das atribuições da respectiva função e ou pela participação em programas de competitividade da Prefeitura Municipal, aferidos conforme resultados da avaliação de trabalho produzida, limitado para por cento do vencimento do cargo ocupado;

IV - pela dedicação exclusiva - para retribuir ocupante da carga cujo previamente seja nível superior que ficar impedido de exercer outra ocupação, em razão da exigência de estar disponível para atender convocação de trabalhos extras ou - fora da expediente normal, até com por cento do vencimento;

V - de insalubridade - para compensar servidor, em razão de exposição permanente a risco de vida, pela realização de trabalho em condições ou utilizando métodos de trabalho classificados como perigosos, em valor equivalente a trinta por cento do respectivo vencimento;

VI - de insalubridade - para indenizar o risco imposto ao servidor pelo trabalho em condições que o expõem a agentes nocivos à saúde, considerando a natureza e intensidade do agente e o tempo de exposição aos seus efeitos, em valor equivalente a vinte por cento, trinta por cento ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

quantia por cento do menor vencimento da tabela salarial da Prefeitura Municipal;

VII - pela prestação de serviço extraordinário - para compensar pelo trabalho realizado em horas adicionais ao expediente diário normal, limitado a duas horas por dia, sendo cada hora remune- rada até a taxa de cinquenta por cento do acréscimo à hora normal ou, com per cento, se o trabalho for prestado em dias que não tenha expediente normal da Prefeitura Municipal;

IX - pelo trabalho em período noturno, para compensar o desgaste imposto pelo trabalho prestado, respectiva e eventualmente, em horário noturno, compreendido entre as vinte e duas horas de um dia cinco horas de dia seguinte, acrescido de trinta por cento do acréscimo sobre o valor das horas trabalhadas nesse período;

X - pelo exercício em local de difícil acesso e ou periculosidade, para indenizar o desdobramento contínuo praticado de difícil acesso, em razão da dificuldade de utilização de transporte e ou da localização da unidade, em valor de até cinquenta por cento do vencimento; e

III - por plantão de serviço, para indenizar o desgaste e cansaço físico pelo trabalho realizado com excesso de carga horária, em horários de serviços preenchidos fora do horário de trabalho normal, em valor proporcional ao número de horas trabalhadas, conforme condições e requisitos definidos em regulamento;

§ 1º As gratificações discriminadas neste artigo não têm caráter permanente, podendo seu pagamento cessar a qualquer momento, independentemente da manifestação do servidor, e não se incorporam ao vencimento para fins de pagamento de qualquer outra vantagem financeira, exceto abono de férias e gratificação natalina;

§ 2º Os critérios, os requisitos e as percentuais para concessão das gratificações serão estabelecidos em regulamentos específicos aprovados pela Prefeitura Municipal, observados os limites percentuais discriminados neste artigo, as condições e as áreas de atuação, assim como as tarefas inerentes às funções e características de suas atribuições;

Art. 85. A gratificação pelo exercício de cargo em comissão será atribuída em caráter pessoal pelo Prefeito Municipal, até o limite percentual fixado no Anexo VIII, considerada as responsabilidades do cargo e a intensidade e complexidade das atividades dirigidas, gerenciadas ou supervisionadas pelo servidor;

Art. 86. O valor da gratificação pelo exercício de função de confiança resultará da aplicação dos percentuais constantes do Anexo X sobre o valor do vencimento do símbolo GGAS-09 da Tabela de Remuneração dos Cargos em Comissão;

Parágrafo único. A gratificação pelo exercício de função de confiança será paga em complementação ao vencimento do cargo de carreira e não poderá ser cumulativa com remuneração pelo exercício de cargo em comissão;

Art. 87. A gratificação de incentivo à produtividade será concedida com base em índices e fatores de avaliação específicos, conforme procedimentos e condições estabelecidos em regulamento aprovado pelo Prefeito Municipal;

Art. 88. A gratificação de dedicação exclusiva será paga em virtude da exigência de disponibilidade do servidor para atender a serviços inerentes à função, eventualmente e fora do seu



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

seguinte normal ou pela imposição do cumprimento da carga horária maior que a fixada para a respectiva função.

§ 1º O trabalho em regime de dedicação exclusiva impõe ao servidor beneficiado o cumprimento, no mínimo, da carga horária de oito horas diárias ou quarenta semanais e o impede de exercer outra carga ou função sem vínculo de trabalho permanente com a administração pública ou privada, exceto como trabalhador autônomo.

§ 2º A gratificação de dedicação exclusiva será atribuída por período certo ao servidor ocupante de função de nível superior, por ato do Prefeito Municipal, observada a limitação fixada nesta Lei Complementar.

§ 3º A gratificação de dedicação exclusiva somente poderá ser concedida quando for caracterizado o interesse da Administração Municipal e mediante opção do servidor que estará disponível para prestar serviços nas condições determinadas neste artigo.

Art. 66. A atribuição das gratificações de insalubridade ou de periculosidade será de acordo com a caracterização dos graus de insalubridade, durante o período de realização do trabalho, indicados em laudo da perícia médica do trabalho, observadas regras sobre a matéria aprovadas pelo Ministério do Trabalho.

Parágrafo único. O grau de insalubridade resultará de avaliação realizada por especialistas de medicina do trabalho e ou segurança do trabalho, cujo laudo deverá indicar os limites de tolerância aos agentes agressivos, os meios de proteção e o tempo máximo de exposição do servidor a esses agentes, bem como classificar os níveis de insalubridade para fins de pagamento da gratificação de insalubridade.

Art. 70. O pagamento da gratificação de insalubridade ou da gratificação de periculosidade cessará com a extinção do grau ou da insalubridade dos agentes que atingem a saúde ou a vida do servidor, bem como nas afastamentos do exercício da função, por período consecutivo superior a noventa dias.

Parágrafo único. O servidor não poderá receber as gratificações referidas neste artigo cumulativamente entre si ou com a adicional de função, devendo optar pelo recebimento da vantagem que julgar mais conveniente à sua situação.

Art. 71. A gratificação pelo exercício em localidade de difícil acesso ou proximidade será devido ao servidor que estiver situado das seguintes condições:

I - ter exercício permanente em unidade administrativa instalada em localidade não atendida por meio de transporte regular;

II - sofrer laço em unidade fora da área urbana sede do Município;

III - ter exercício em localidade que não lhe permita fixar residência devido às dificuldades para obter habitação em condições mínimas de higiene e conforto.

§ 1º A classificação das localidades ou unidades que se enquadram nas condições referidas neste artigo deverá ser divulgada, anualmente, por ato do Prefeito Municipal, considerando as dificuldades de acesso e de transporte.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

§ 2º O valor da gratificação corresponderá à percentual incidente sobre o vencimento do servidor, de conformidade com a classificação estabelecida anualmente.

Art. 72. A gratificação por plantão de serviço será paga ao servidor que for convocado para prestar serviços além de sua carga horária normal ou fora do seu expediente normal, por período certo e com carga horária pré-estabelecida.

Parágrafo único. A gratificação por plantão de serviço remunerará a prestação de serviço extraordinário e não poderá ser percebida concomitantemente com a adicional prevista no inciso VIII do art. 63 desta Lei Complementar.

CAPÍTULO IV

DA POLÍTICA SALARIAL

Art. 73. A política salarial para os servidores da Prefeitura Municipal terá como direito a recomposição da remuneração por perdas decorrentes da desvalorização da moeda ou a revisão de vencimento fundamentado nos índices X, XI e XII do art. 39 e no § 1º do art. 38, todas da Constituição Federal.

Parágrafo único. As recomposições de vencimentos e remunerações dependerão da disponibilidade dos recursos, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e preceitos na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício.

Art. 74. A concessão de vantagens pecuniárias, o aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração da estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal a qualquer título, pela Prefeitura Municipal fica condicionada a:

I - existência de dotação orçamentária prévia, suficiente para atender às projeções das despesas de pessoal e dos encargos dela decorrentes, nos exercícios seguintes;

II - autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias para a medida, conforme previsto pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Derivado contra da Lei de Diretrizes Orçamentárias a previsão de reajuste anual para os servidores da Prefeitura Municipal, dispensando-se a indicação de índice percentual.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I

DA TRANSFORMAÇÃO DOS CARGOS

Art. 75. Os servidores efetivos e os estatuais em atividade na data de publicação desta Lei Complementar, ocupantes de cargos integrantes do sistema de classificação instituído pela Lei Complementar nº 20, de 7 de julho de 2003, terão seus cargos transformados, conforme correlação estabelecida no Anexo VI.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

§ 1º Será exigido dos servidores para realização da transformação de seu cargo a comprovação do atendimento dos requisitos de escolaridade e habilitação específicas fixados para ocupar função de enquadramento, conforme estabelecido no Anexo I.

§ 2º A função ocupada pelo servidor será determinada no ato que formalizar a transformação do seu cargo e corresponderá àquela de atribuições equivalentes às exercidas na data de publicação desta Lei Complementar, incluída no cargo resultante da transformação, conforme correlação e estabelecida no Anexo VI.

§ 3º Os ocupantes do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais poderão ter seu cargo transformado em qualquer outro de mesmo patréio salarial, desde que comporte que está exercendo atribuições de função que compõe o cargo pretendido.

§ 4º Será dispensado da comprovação de escolaridade do nível fundamental completo os ocupantes do cargo cuja correlação para transformação estabelecida no Anexo VI seja para cargo que o Anexo I prevê o nível fundamental completo.

§ 5º Os candidatos habilitados em concurso público, homologado e vigente na data de publicação desta Lei Complementar, serão nomeados e assumirão cargos e funções observada a correlação estabelecida no Anexo VI e situação constante do Anexo I.

Art. 76. A transformação do cargo importará na classificação do servidor na classe, sem base no cargo ocupado e no tempo de serviço na Prefeitura Municipal na data de publicação desta Lei Complementar, observadas as seguintes parâmetros:

- I - na classe A, menos de três anos;
- II - na classe B, de três a seis anos;
- III - na Classe C, mais de seis e até nove anos;
- IV - na Classe D, mais de nove e até doze anos;
- V - na Classe E, mais de doze e até quinze anos;
- VI - na Classe F, mais de quinze e até dezoito anos;
- VII - na Classe G, de dezoito até vinte e um; e
- VIII - na Classe H, mais de vinte e um anos.

§ 1º Na apuração do tempo de serviço serão contados os períodos de trabalho nos vínculos estatutário e no contratado, desde que em funções de mesmas atribuições do cargo ocupado na data de vigência desta Lei Complementar.

§ 2º Serão considerados para apuração dos inteiros fixados no caput deste artigo os períodos de afastamento e férias consideradas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais como de efetivo exercício.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art. 35. A formulação da transformação dos cargos ocupados pelos servidores em exercício de efetivará por ato do Prefeito Municipal, depois de cumpridos todos os procedimentos previstos nesta Lei Complementar e de acordo com o prazo de início da vigência fixado no regulamento específico.

§ 1º O servidor deverá apresentar a documentação que comprove o atendimento dos requisitos para a sua classificação na nova função e descobrir suas atribuições e tarefas atuais, para fins de identificação da função de enquadramento.

§ 2º A avaliação das condições para o enquadramento nas funções será processada por comissão integrada por três servidores municipais efetivos, designados pelo Prefeito Municipal.

Art. 36. O servidor que tiver seu cargo transformado perceberá vencimento do novo cargo acrescido de vantagens pessoais calculadas sobre esse novo valor e, quando for o caso, acrescido de vantagem pecuniária instituída nesta Lei Complementar, após a regulamentação específica.

§ 1º Serão tomadas para definição do novo vencimento e por ele serão observadas, as parcelas remuneratórias identificadas como vencimento ou salário, complemento salarial, decréscimo de vantagem prevista em lei, complementação de equiparação e outras semelhantes, a complementação de piso para atingir o valor do salário-mínimo.

§ 2º O servidor que tiver seu cargo transformado e o novo vencimento for de valor inferior à remuneração formada pelas parcelas referidas no § 1º, será classificado na classe de valor imediatamente superior ao somatório dessas parcelas.

§ 3º Quando o valor da remuneração for superior ao vencimento da classe "1º" do cargo de transformação, o servidor terá direito a uma parcela identificada como "vantagem pessoal", de valor correspondente à diferença entre o vencimento dessa classe e a remuneração referida no § 1º na data da transformação do seu cargo.

§ 4º A vantagem referida no § 3º será identificada como vantagem pessoal, que será corrigida nas mesmas datas e bases em que forem reajustes os vencimentos fixados nesta Lei Complementar.

Art. 38. Ficam revogadas todas as disposições legais do Município concordando atualmente salarial, atenuas pecuniária, complementação salarial e outras vantagens de natureza semelhante, a partir da data da formulação da transformação dos cargos e enquadramento nos seus funções dos servidores em exercício.

Art. 39. Os aposentados e os pensionistas do regime próprio de previdência social do Município, beneficiados pela entidade, nos termos da Emenda Constitucional nº 41, de 2003 e da Constituição Federal, terão seus proventos e pensões revisados observada a contagem de tempo estabelecida no Anexo VI.

Parágrafo único. Para os aposentados e pensionistas, o tempo de serviço será contado no cargo em que se deu sua aposentadoria ou de contagem de laboratório, até o último recontrole enquanto o servidor estava em atividade.

CARTÃO 01



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DA ADMISSÃO DE PESSOAL TEMPORÁRIO

Art. 44. A admissão temporária, em caráter excepcional e por prazo determinado, com fundamento no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, será formalizada em contrato administrativo que assegurará ao adido, durante a duração do trabalho, os direitos destinados no § 2º do art. 39 da Constituição Federal e outros atribuídos por lei ou regulamento, bem como vencimento da classe à que forja que ocupar.

§ 1º A contratação temporária somente poderá ser formalizada quando estiver caracterizada a situação de excepcional interesse público e, somente, para atender às seguintes situações:

I - desenvolvimento de atividades temporárias vinculadas a convênio ou qualquer outro consórcio para executar programas, projetos, ações ou atividades, firmados com órgão ou entidade integrante da Administração Pública Municipal, estadual ou federal, no prazo máximo de dois meses, prorrogada a renovação, por período igual ao inicial, enquanto o termo de origem da admissão estiver em vigor;

II - a realização de trabalhos urgentes, mediante convocação direta, de ocupação ou conservação vias públicas ou prédios públicos para estabelecer condições de uso ou atender a situação de danos, prejuízos ou riscos iminentes à população ou bens públicos ou de interesse, por prazo não superior a seis meses;

III - para ocupar posto de trabalho vago em virtude do afastamento ou desligamento de servidor, quando a ausência apresentar impedimento para a prestação regular de serviço público essencial ou para manter atendimento indispensável e imediato à população nos casos de saúde e educação, por até seis meses, podendo haver uma renovação;

IV - convocação de Professor, na modalidade de suplência, nos termos e condições estabelecidas no Estatuto do Magistério Municipal;

V - para atender outras situações de emergência que visem a ser definidas em lei.

§ 2º Os prazos de contratação previstos no § 1º, exceto o inciso II, serão renovados somente quando for relatada situação que justifique a continuidade da situação excepcional para manutenção da contratação temporária.

§ 3º A contratação, quando se referir a professor regulamentado ou a hipótese do inciso IV deverá ser antecedida de comprovação de habilitação para o exercício da função de admissão.

§ 4º A justificativa para a contratação temporária, na forma deste artigo, é de competência do órgão ou entidade pagadora e deverá explicar a situação excepcional e, quando for o caso, a emergência a ser atendida e os prejuízos iminentes.

§ 5º Nas contratações previstas no inciso I, quando o concedente do recurso determinar o valor da remuneração e a denominação da função no termo de convênio, deverá a função sugerida ser vinculada a um cargo do Quadro de Pessoal para identificação do vencimento classe.

§ 6º Na condição do § 5º, o termo de contrato identificará o valor do vencimento e o valor do adicional complementar que equivalet a diferença entre o vencimento da função e o



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

remuneração oferecida pelo concedente, deduzidos os encargos sociais e patronais incidentes sobre a relação de trabalho e as reservas para a gratificação natalina e o abono de férias.

Art. 82. As constituições na forma do art. 75 serão feitas, mediante prévia submissão do Prefeito Municipal, com a indicação da dotação orçamentária específica, do prazo, da função e da remuneração e a justificativa deverá apontar as condições que caracterizam a situação de excepcionalidade e interesse público a ser atendido.

§ 1º A remuneração do pessoal admitido por prazo determinado será fixada no respectivo contrato, observados os valores fixados em lei e as vantagens previstas para a função a ser ocupada.

§ 2º Ao servidor temporário é assegurada a gratificação natalina, o adicional de férias, o gozo de férias anuais, a percepção de diárias, a contribuição para o regime geral de previdência e o direito de eleição, na forma prevista para os servidores da carreira do Município.

Art. 83. O servidor admitido temporariamente não poderá:

- I - exercer atribuições ou executar tarefas não previstas para a função de admissão;
- II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, em especial, para substituir servidor efetivo ou em comissão; ou
- III - ser licenciado ou afastado do exercício da função, salvo para tratamento da própria saúde, nos termos da legislação da previdência social geral.

§ 1º As infrações disciplinares cometidas por servidor temporário serão apuradas mediante sindicância administrativa, concluída no prazo improrrogável de trinta dias, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º A inobservância do disposto neste artigo importa na extinção da relação de trabalho, sem prejuízo da responsabilidade administrativa dos servidores e autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 84. O termo de admissão em caráter temporário será regido pelo Direito Civil e pelo Direito Administrativo, e extingui-se-a, sem indenização, por conveniência administrativa, pelo término do prazo contratual, pelo pedido do servidor temporário ou por justa causa, nesse caso apurada em sindicância administrativa.

§ 1º Quando a extinção se der por conveniência administrativa, justificada anteriormente pela autoridade proponente, o servidor temporário terá direito a receber a gratificação natalina proporcional e, caso tenha trabalhado por dois meses consecutivos, o adicional e a indenização por férias não gozadas.

§ 2º O prazo de dois meses para exercício da direito ao abono de férias e a indenização corresponderá à soma dos períodos consecutivos trabalhados.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Art.15. São adotadas, para fins de aplicação desta Lei Complementar, as seguintes conceitual:

I - adicional - vantagem pecuniária que retribui as situações pessoais ou referentes ao desempenho de funções especiais, tem caráter definitivo enquanto o servidor permanecer na carga ou função que lhe der origem;

II - cargo - conjunto delimitado de funções sócio-organizacionais de natureza, conteúdo, complexidade e tarefas similares, de responsabilidades semelhantes e identidade entre as denominações e vencimentos;

III - cargo de carreira - cargo estruturado em classes e subdividido em funções para acesso privativo de titulares de cargos posicionados em escalões inferiores e cuja denominação, rendimento, quantidade/requisitos básicos de provimento são definidos em lei;

IV - cargo efetivo - cargo ocupado por servidor com vínculo permanente com a Prefeitura Municipal, em decorrência de aprovação em concurso público, cujos direitos, deveres e responsabilidades são previstos na legislação instituidora do regime jurídico estatutário;

V - cargo em comissão - cargo submetido ao regime estatutário cujas atribuições e responsabilidades se caracterizam como de direção, gerência, chefia, assessoramento superior e regem as unidades organizacionais da Prefeitura Municipal;

VI - classe - escala hierárquica vertical, identificada por letras maiúsculas do alfabeto, que combina com os níveis apenas os vencimentos dos cargos efetivos segundo o tempo de serviço de permanência no cargo;

VII - função - conjunto de atribuições que mantem similitude entre as tarefas, requisitos e responsabilidades, identificadas por denominação própria vinculada a ações, profissões regulamentadas, ocupações e que corresponde ao desdobramento das categorias funcionais;

VIII - função de confiança - conjunto de responsabilidades e atribuições conferidas para o exercício de serviços de supervisão ou assistência intermediária conferidas a titulares de cargo efetivo;

IX - gratificação - vantagem pecuniária que retribui o exercício de cargo ou função em situações individuais relacionadas ao local e ou condições anormais de trabalho e concedida em razão da situação excepcional em que um serviço comum é executado no presente;

X - nível - escala hierárquica horizontal identificada por algarismos romanos que identifica os valores dos vencimentos dos cargos efetivos que compõem as carreiras, segundo valores fixados em lei;

XI - padrão - ponto de convergência da classe com o nível que identificam o vencimento básico de cada cargo efetivo;

XII - remuneração - total da retribuição pecuniária mensal paga ao servidor pelo exercício do cargo e ou função, integrada pelo vencimento e pelas parcelas relativas às vantagens pecuniárias de caráter pessoal, funcional, indenizatórias ou acessórias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

XIII - quadro de pessoal - agrupamento dos cargos e funções identificadas, pela denominação e quantidade que compõem a força de trabalho de cada Secretaria Municipal ou órgão da administração direta subordinados diretamente ao Prefeito Municipal ou entidade de direito público da administração indireta;

XIV - tabela de vencimentos - conjunto dos padrões salariais, hierarquicamente organizados que definem os valores dos vencimentos básicos das categorias funcionais que integram o Plano de Cargos e a Planejamento da Prefeitura Municipal;

XV - variação de caráter pessoal - direito financeiro deferido ao servidor individualmente, em virtude do atendimento de condições ou pré-requisitos pessoais;

XVI - variação de caráter funcional - atribuição financeira deferida ao servidor pelo exercício de determinadas funções, responsabilidades ou pela execução de determinado trabalho em especial ou a condições ambientais que imponha desgastes físicos ou de saúde;

XVII - vencimento - atribuição pecuniária mensal devida ao servidor pelo exercício do cargo ou função, conforme tabel, símbolo e padrão fixados em lei.

Art. 88. Os servidores do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal ocupantes de cargos efetivos ou de provimento em comissão ficam submetidos ao regime estatutário e à carga horária semanal de quarenta horas, exceto as seguintes situações:

I - vinte horas semanais de trabalho os ocupantes das funções de Médico e Odontólogo;

II - vinte e quatro horas semanais os ocupantes da função de Técnico de Radiologia; e

III - a carga horária fixada no respectivo Estatuto, os integrantes da carreira do Magistério Municipal;

§ 1º Os ocupantes das funções de Médico e Odontólogo, compreende a necessidade do serviço e com a consentância do servidor, podendo ter sua carga horária ampliada por ato do Prefeito Municipal, em até mais vinte horas semanais, com acréscimo financeiro proporcional ao número de horas complementares.

§ 2º Será condição para o Médico ocupar a função de Médico do POF a avaliação para cumprir quarenta horas semanais, conforme previsto no § 1º deste artigo.

§ 3º O servidor que cumprir de carga horária complementar poderá ter a mesma revogada a qualquer tempo e, quando o exercício for mais de vinte e quatro meses consecutivos, a revogação ou alteração por decisão da Administração Municipal deverá ter a consentância do servidor.

§ 4º O servidor que o servidor receber pela complementação da carga horária, anexada ao vencimento do cargo efetivo e ao adicional de função, compõe a base de cálculo da contribuição para a previdência social municipal.

Art. 89. O servidor que exercer cargo público ou função pública em regime de acumulação, nas hipóteses permitidas pela Constituição Federal, não poderá cumprir mais de sessenta horas semanais, somadas as duas cargas horárias dos cargos/funções públicas ocupadas no Município,

22



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

no Estado, na União ou em outro Município.

Art. 88. Compete ao Prefeito Municipal regulamentar as disposições desta Lei Complementar e suas normas e procedimentos administrativos para sua aplicação e implementação.

Art. 89. São da competência exclusiva do Prefeito Municipal os atos de provimento nos cargos efetivos, designação de função de carreira, nomeação e exoneração de ocupante de cargo em comissão, designação e dispensa de função de confiança, bem como de contratação e admissão de pessoal por prazo determinado.

Art. 90. Os Anexos desta Lei Complementar constituem parte integrante do seu texto.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 91. Os servidores que não tiveram seus cargos transformados, na forma desta Lei Complementar, integram um Quadro Suplementar, cujos cargos ou funções ocupados terão extintos à medida que vagarem.

§ 1º Os servidores que integrem o Quadro Suplementar, se extintos, ocupam funções correspondentes às suas atribuições na data de vigência desta Lei, observada a correção constante do Anexo VI, para identificação da nova função.

§ 2º A remuneração da função ocupada por servidor do Quadro Suplementar corresponderá à fixada nos termos desta Lei Complementar, sendo-lhes asseguradas as vantagens pessoais que vêm percebendo e a revisão salarial nas mesmas datas e bases em que for concedido o reajuste para os servidores do Quadro Permanente.

§ 3º Os servidores contratados temporariamente, por prazo determinado, permanecerão com os mesmos valores salariais fixados nos contratos vigentes na data de publicação desta Lei Complementar, vedada a equiparação ao estatuto dos vencimentos estabelecidos no Anexo IV.

Art. 92. Fica assegurada aos servidores que tiveram seus cargos transformados a manutenção de carga horária que estiverem cumprindo na data de publicação desta Lei Complementar, por tempo devida ao caráter de admissão, observadas as seguintes determinações:

I - os ocupantes do cargo de Assistente Social, Psicoterapeuta, Fonoaudiólogo, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, Nutricionista que tiveram seus cargos transformados para Profissional de Serviços de Saúde e tiveram exercendo carga horária inferior a quarenta semanas foram classificados no Nível VIII da Tabela de Vencimentos constante do Anexo IV;

II - os ocupantes dos cargos referidos no inciso I deste artigo poderão optar pela passagem, em caráter irrevogável e irretratável, para a carga horária de quarenta semanas e sua classificação no Nível IX da Tabela de Vencimentos constante do Anexo IV;

Art. 93. Cabe ao Prefeito Municipal transferir os cargos em comissão existentes na data de publicação desta Lei Complementar em outros da mesma natureza de provimento para equivalentes de mesma denominação, símbolos e remuneração fixados nos Anexos VII e VIII.

Art. 94. As despesas decorrentes da aplicação das disposições desta Lei

Handwritten signature



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Complementar quanto à conta dos recursos argumentários e créditos próprios que foram consignados para as despesas de pessoal da Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul.

Art. 83. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 84. Ficam revogadas as Leis Complementares nº 26, de 7 de julho de 2000, nº 27, de 23 de março de 2005, nº 28, de 23 de junho de 2005, nº 30, de 23 de setembro de 2005, nº 33, de 9 de maio de 2006, nº 35, de 14 de setembro de 2006, e as Leis nº 856, de 6 de dezembro de 2003, e nº 867, de 30 de junho de 2003, e demais disposições em contrário, tendo elas sido a formulação da transformação dos cargos efetivos nos cargos instituídos por esta Lei Complementar.

Chapadão do Sul (MS), 14 de setembro de 2007.


JOCÉLINO KRÍUS
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO I

LEI COMPLEMENTAR Nº 146, DE 04 DE SETEMBRO DE 2007.

CATEGORIAS FUNCIONAIS, FUNÇÕES E REQUISITOS BÁSICOS
(DO PLANO DE CARRERAS E REMUNERAÇÃO)

CATEGORIA FUNCIONAL	FUNÇÕES	REQUISITOS BÁSICOS
CARRERA: Magistério Municipal		
Profissional de Educação	Professor, Coordenador Pedagógico e Inspetor Escolar.	Graduação de nível superior (bacharel em Pedagogia ou licenciatura plena)
CARRERA: Serviços de Saúde Pública		
Profissional de Medicina	Médico, Médico Plantonista, Médico de Ambulatório, Médico de PSF, Médico Pronto e Médico de Trabalho.	Graduação em Medicina, especialização, conforme definido no edital de concurso público, e registro no CRM-MG.
Profissional de Serviços de Saúde	Auxiliar de Serviços de Saúde, Higiene, Bombeiros, Enfermeiros, Farmacêuticos, Farmacêuticos Manipulados, Fiscal de Vigilância Sanitária, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico Veterinário, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional.	Graduação de nível superior, específica para exercício da profissão correspondente à função e registro na entidade de fiscalização da profissão.
Técnicos de Serviços de Saúde II	Técnicos de Laboratório, Técnico de Higiene Dental, Técnico de Enfermagem, Técnico de Radiologia, Técnico de Fisioterapia Sanitária, Técnico de Imobilização Ortopédica.	Nível médio completo e formação específica para exercício da função.
Técnicos de Serviços de Saúde I	Técnicos de Serviços de Saúde e Auxiliar de Enfermagem.	Nível médio completo e formação específica para exercer a função.
Assistente de Serviços de Saúde II	Agente Comunitário de Saúde I, Agente de Endemias II, Assistente de Serviços de Saúde II, Auxiliar de Farmácia, Auxiliar de Laboratório, Auxiliar de Consultório Dentário.	Nível médio completo e capacitação específica para exercer a função.
Assistente de Serviços de Saúde I	Agente Comunitário de Saúde I, Agente de Endemias I, Assistente de Serviços de Saúde I e Agente de Vigilância em Saúde.	Nível Médio completo.
CARRERA: Serviços de Apoio Educacional		
Gestor de Atividades Educacionais	Gestor de Atividades Educacionais	Graduação de nível superior em Pedagogia, Psicologia, Matemática, Administração ou licenciatura plena e registro na entidade de fiscalização da profissão.
Assistente de Atividades	Monitor de Educação Infantil e	Nível médio e, quando previsto

[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

32

Educacionais II	Pesquisador e Assistente de Apoio Educacional I	Em edital de concurso, formação ou capacitação específica para exercício da função.
Assistente de Serviços Educacionais II	Assistente de Apoio Educacional II, Agente de Biblioteca, Inspetor de Alunos, Agente de Monitoria	Nível fundamental completo
Assistente de Serviços Educacionais I	Agente de Apoio Educacional I, Auxiliar de Monitoria, Auxiliar de Biblioteca e Laboratório de Ensino	Nível fundamental completo

CARREIRA - Serviços de Apoio às Aplicações Sociais

Gestor de Apoio Institucional	Assistente Social, Economista Contábil, Gestor de Apoio Institucional, Professor de Artes, Professor de Educação Física, Psicólogo e Pedagogo	Graduação de nível superior, específicas para o exercício da função, e registro na entidade de fiscalização da profissão
Assistente de Apoio Institucional II	Assistente de Apoio Institucional II, Técnico de Atividades Culturais e Instrutor profissionalizante	Nível médio completo e formação ou capacitação profissional para exercer a função
Assistente de Apoio Institucional I	Assistente de Apoio Institucional I	Nível médio completo

CARREIRA - Serviços de Fiscalização

Fiscal de Tributos Municipais II	Fiscal de Tributos Municipais II	Graduação de nível superior em Administração, Ciências Contábeis, Economia ou Direito
Fiscal de Tributos Municipais I	Fiscal de Tributos Municipais I	Nível médio completo
Fiscal de Posturas e Consumo	Fiscal de Posturas e de Consumo	Nível médio completo
Fiscal de Obras e Meio Ambiente	Fiscal de Obras e Meio Ambiente	Nível médio completo
Agente de Fiscalização de Trânsito	Agente de Fiscalização de Trânsito	Nível médio completo

CARREIRA - Serviços Organizacionais

Gestor de Atividades Organizacionais	Administrador, Advogado, Analista de Tecnologia da Informação, Arquiteto, Contador, Economista, Jornalista, Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Florestal e outras profissões de nível superior regulamentadas	Graduação de nível superior, específicas para o exercício da função, e registro na entidade de fiscalização da profissão
Técnico de Atividades Organizacionais	Técnico em Informática, Técnico Contábil, Topógrafo, Técnico Agrícola, Técnico de Tecnologia da Informação, Técnico de Segurança do Trabalho e Técnico de Serviços Organizacionais II	Nível médio completo e formação ou capacitação profissional específicas para exercício da função
Assistente de Serviços Organizacionais II	Assistente de Serviços Organizacionais II, Recepcionista e Estafeteiro	Nível médio completo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

11

Assistente de Serviços Organizacionais I	Assistente de Serviços Organizacionais I	Nível fundamental completo
CARREIRA: Serviços Operacionais e Auxiliares		
Agente de Serviços Especializados II	Operador de Equipamentos Pesados, Motorista de Equipamentos Pesados	Nível fundamental e, para Operador de Equipamentos, CNH modelo "D" ou superior.
Agente de Serviços Especializados I	Agente de Serviços Especializados II, Operador de Máquinas, Motorista de Veículos, Motorista de Veículo Pesado, Motorista de Ambulância II, Motorista Escudo	Nível fundamental e, para Motorista/Operador de Máquinas, CNH modelo "D" ou superior
Agente de Serviços Especializados I	Agente de Serviços Especializados I, Motorista de Veículo Leve, Motorista de Ambulância I, Carregador, Eletricista Predial, Eletricista de Redes, Fumenseiro, Carregador, Encanador, Pedreiro, Pintor, Sanitário e Soldador	Nível fundamental incompleto, no mínimo 4ª série e, para Motorista CNH modelo "D" ou superior
Auxiliar de Serviços Operacionais II	Agente de Segurança Patrimonial, Auxiliar de Serviços Operacionais II, Auxiliar de Mecânica, Auxiliar de Eletricidade, Bombeiro, Copista, Cozinheiro e Jardineiro	Nível fundamental incompleto, no mínimo, 1ª série.
Auxiliar de Serviços Operacionais I	Auxiliar de Serviços Operacionais I, Cozinheiro, Garçom, Servente e Vigia	Atestado

Valdiney



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

(34)

ANEXO II

LEI COMPLEMENTAR Nº 145, DE 04 DE SETEMBRO DE 2007.

LISTAS DE ACESSO PARA PROMOTIVÇÃO POR PROMOÇÃO FUNCIONAL

CARGO / FUNÇÃO OCUPADA	PARA O CARGO / FUNÇÃO
CARREIRA: Saúde Pública	
Técnicos de Enfermagem	Enfermeiros
Técnicos de Fiscalização Sanitária	Fiscal de Vigilância Sanitária
Auxiliar de Enfermagem	Técnicos de Enfermagem
Auxiliar de Laboratório	Técnicos de Laboratório
Auxiliar de Consultório Dentário	Técnicos de Higiene Dental
Assistente de Serviços de Saúde II ou Auxiliar de Farmácia	Técnicos de Serviços de Saúde I
Agente Comunitário de Saúde I	Agente Comunitário de Saúde II
Agente de Endemias I	Agente de Endemias II
Assistente de Serviços de Saúde I	Assistente de Serviços de Saúde II
CARREIRA: Serviços de Apoio Educacional	
Agente de Serviço	Monitor de Educação Infantil ou Recreador
Assistente de Apoio Educacional I	Assistente de Apoio Educacional II
Agente de Apoio Educacional I	Assistente de Apoio Educacional II
Auxiliar de Biblioteca	Agente de Biblioteca
Auxiliar de Disciplina ou Diretor de Turma	Inspetor de Alunos
CARREIRA: Serviços de Apoio de Apoio Social	
Assistente de Apoio Institucional I	Assistente de Apoio Institucional II, Técnico de Atividades Culturais ou Instrutor Profissionalizante
Assistente de Apoio Institucional I	Assistente de Apoio Institucional II
CARREIRA: Serviços de Recatificação	
Fiscal de Trânsito Municipal I	Fiscal de Trânsito Municipal II
CARREIRA: Serviços Organizacionais	
Técnico Contábil	Contador
Técnicos de Tecnologia de Informática	Analista de Tecnologia de Informática
Assistente de Serviços Organizacionais II	Técnicos de Atividades Organizacionais
Assistente de Serviços Organizacionais I	Assistente de Serviços Organizacionais II
CARREIRA: Serviços Operacionais e Auxiliares	
Agente de Serviços Especializados II, Operador de Máquinas, Motorista de Veículo Pesado, Motorista de Ambulância II, Motorista Trator	Operador de Equipamentos Pesados



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

25

Agente de Serviços Especializados II - Médico de Família	Médico de Equipamentos Pesados
Motorista de Veículo Leve ou Motorista de Autotransporte	Motorista de Veículo Pesado, Motorista de Autotransporte ou Motorista/Cooper ou Operador de Máquinas
Agente de Serviços Especializados II ou Distrito de Veículo	Motorista de Veículo
Agente de Serviços Especializados I, Capataz, Distrito Fiscal, Furlero, Capataz, Encarregado, Pedreiro, Pintor, Serralheiro ou Soldador	Agente de Serviços Especializados I
Auxiliar de Médico	Agente de Serviços Especializados I ou Distrito de Veículo
Auxiliar de Distrito	Distrito Fiscal ou Distrito de Veículo
Agente de Segurança Patrimonial, Auxiliar de Serviços Operacionais II, Serralheiro, Cooper, Encarregado ou Jardineiro	Agente de Serviços Especializados I, Capataz, Furlero, Capataz, Encarregado, Pedreiro, Pintor, Serralheiro ou Soldador
Auxiliar de Serviços Operacionais I, Cozinheiro, Garçom, Servente ou Vigia	Agente de Segurança Patrimonial, Auxiliar de Serviços Operacionais II, Auxiliar de Médico, Auxiliar de Distrito, Serralheiro, Cooper, Encarregado ou Jardineiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO III

LEI COMPLEMENTAR Nº 046, DE 04 DE SETEMBRO DE 2007.

CARGOS EFETIVOS CRIADOS

DE NOMINAÇÃO (DO CARGO)	QUANTIDADE EXISTENTE	QUANTIDADE CRIADA	TOTAL
CARREIRA: Magistério Municipal			
Professores de Educação	200	50	250
CARREIRA: Serviços de Saúde Pública			
Professores de Medicina	8	12	20
Professores de Serviços de Saúde	44	56	100
Técnicos de Serviços de Saúde II	26	26	50
Técnicos de Serviços de Saúde I	14	26	40
Assistentes de Serviços de Saúde II	50	44	100
Assistentes de Serviços de Saúde I	32	48	80
CARREIRA: Serviços de Apoio Educacional			
Coordenador de Atividades Educacionais	4	11	15
Assistentes de Atividades Educacionais III	20	20	40
Assistentes de Atividades Educacionais II	15	25	40
Assistentes de Atividades Educacionais I	60	50	110
CARREIRA: Serviços de Apoio de Apoio Social			
Coordenador de Apoio Institucional	5	15	20
Assistentes de Apoio Institucional II	0	15	15
Assistentes de Apoio Institucional I	0	15	15
CARREIRA: Serviços de Fiscalização Municipal			
Fiscal de Tributos Municipais II	0	8	8
Fiscal de Tributos Municipais I	0	0	0
Fiscal de Obras e Obras Públicas	3	3	6
Fiscal de Posturas e Controle	3	3	6
Agente de Fiscalização de Trânsito	0	6	6
CARREIRA: Serviços Organizacionais			
Coordenador de Atividades Organizacionais	14	26	40
Técnicos de Atividades Organizacionais	63	57	120
Assistentes de Serviços Organizacionais II	40	40	80
Assistentes de Serviços Organizacionais I	50	0	50
CARREIRA: Serviços Operacionais e Auxílios			
Agente de Serviços Operacionais III	24	6	30
Agente de Serviços Operacionais II	38	21	60
Agente de Serviços Operacionais I	52	48	100
Auxiliar de Serviços Operacionais II	7	79	86
Auxiliar de Serviços Operacionais I	106	126	230



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

21

ANEXO IV

LEI COMPLEMENTAR Nº 048, DE 04 DE SETEMBRO DE 2007.

VENCIAMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS

CLASSE	PADRÃO SALARIAL (em R\$)									
	IN-1	IN-2	IN-3	IN-4	IN-5	IN-6	IN-7	IN-8	IN-9	IN-10
A	879,40	972,00	1065,20	1158,40	1251,60	1.344,80	1.438,00	1.531,20	1.624,40	1.717,60
B	932,30	1025,60	1118,90	1212,20	1305,50	1.398,80	1.492,10	1.585,40	1.678,70	1.772,00
C	985,20	1078,50	1171,80	1265,10	1.358,40	1.451,70	1.545,00	1.638,30	1.731,60	1.824,90
D	1038,10	1131,40	1224,70	1318,00	1.411,30	1.504,60	1.597,90	1.691,20	1.784,50	1.877,80
E	1091,00	1184,30	1277,60	1370,90	1.464,20	1.557,50	1.650,80	1.744,10	1.837,40	1.930,70
F	1143,90	1237,20	1330,50	1423,80	1.517,10	1.610,40	1.703,70	1.797,00	1.890,30	1.983,60
G	1196,80	1290,10	1383,40	1476,70	1.570,00	1.663,30	1.756,60	1.849,90	1.943,20	2.036,50
H	1249,70	1343,00	1436,30	1529,60	1.622,90	1.716,20	1.809,50	1.902,80	1.996,10	2.089,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

20

ANEXO V

LEI COMPLEMENTAR Nº 046, DE 04 DE SETEMBRO DE 2007.

TABELA DE VENCIMENTO DOS CARGOS EFETIVOS

DE NOMINAÇÃO DO CARGO	PADRÃO
CARREIRA - Serviços de Saúde Pública	
Profissional de Medicina	N - X
Profissional de Serviços de Saúde	N - IX
Técnico de Serviços de Saúde II	N - VI
Técnico de Serviços de Saúde I	N - V
Assistente de Serviços de Saúde II	N - III
Assistente de Serviços de Saúde I	N - I
CARREIRA - Serviços de Apoio Educacional	
Coordenador de Atividades Educacionais	N - IX
Assistente de Atividades Educacionais II	N - VI
Assistente de Atividades Educacionais I	N - V
Assistente de Atividades Educacionais	N - I
CARREIRA - Serviços de Apoio às Ações Sociais	
Coordenador de Ações Institucionais	N - IX
Assistente de Ações Institucionais II	N - VI
Assistente de Ações Institucionais I	N - I
CARREIRA - Serviços de Fiscalização Municipal	
Fiscal de Tributos Municipais II	N - IX
Fiscal de Tributos Municipais I	N - VI
Fiscal de Obras e Meio Ambiente	N - V
Fiscal de Posturas e Contratos	N - V
Técnicos de Fiscalização do Trânsito	N - V
CARREIRA - Serviços Organizacionais	
Coordenador de Atividades Organizacionais	N - IX
Técnicos de Atividades Organizacionais	N - VI
Assistente de Serviços Organizacionais II	N - III
Assistente de Serviços Organizacionais I	N - I
CARREIRA - Serviços Operacionais e Auxiliares	
Agente de Serviços Especializados II	N - VI
Agente de Serviços Especializados I	N - V
Agente de Serviços Especializados	N - IV
Auxiliar de Serviços Operacionais I	N - III
Auxiliar de Serviços Operacionais	N - I

346



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO IV

LEI COMPLEMENTAR Nº 046, DE 04 DE SETEMBRO DE 2007.

CORRELAÇÃO PARA TRANSFORMAÇÃO DOS CARGOS

CARGO OCUPADO	TRANSFORMAÇÃO PARA O CARGO
Advogado	Gestor de Atividades Organizacionais
Agente de Administração	Assistente de Serviços Organizacionais I
Agente de Saúde Pública	Assistente de Serviços de Saúde II
Agente de Serviços Educacionais	Assistente de Atividades Educacionais II
Agente de Serviços Técnicos	Assistente de Serviços de Organizacionais II
Assistente de Administração	Técnicos de Serviços Organizacionais
Assistente de Atividades Educacionais	Assistente de Atividades Educacionais III
Assistente de Serviços de Saúde	Assistente de Serviços de Saúde II
Assistente de Serviços de Saúde (assistentes atribuições de função de Técnico de Mobilização Ortopédica)	Técnicos de Serviços de Saúde I
Assistente Social	Gestor de Apoio Institucional
Assistente Técnico Administrativo	Técnicos de Serviços Organizacionais
Auxiliar de Administração	Assistente de Serviços Organizacionais I
Auxiliar de Enfermagem	Técnicos de Serviços de Saúde I
Auxiliar de Enfermagem II	Técnicos de Serviços de Saúde I
Auxiliar de Farmácia	Assistente de Serviços de Saúde II
Auxiliar de Laboratório	Assistente de Serviços de Saúde II
Auxiliar de Medicina	Agente de Serviços Especializados I
Auxiliar de Odontologia	Assistente de Serviços de Saúde II
Auxiliar de Serviços Básicos	Auxiliar de Serviços Operacionais I
Auxiliar de Serviços de Saúde	Assistente de Serviços de Saúde I
Auxiliar de Serviços Educacionais	Assistente de Atividades Educacionais I
Auxiliar de Serviços Gerais	Auxiliar de Serviços Operacionais I
Bacharel em Ciências Contábeis	Gestor de Atividades Organizacionais
Bombrêito	Auxiliar de Serviços Operacionais II
Carteiro	Agente de Serviços Especializados I
Economista	Gestor de Atividades Organizacionais
Deficiente	Agente de Serviços Especializados I
Enfermeiro	Agente de Serviços Especializados I
Engenheiro Agrônomo	Profissional de Serviços de Saúde
Engenheiro Civil	Gestor de Atividades Organizacionais
Engenheiro Florestal	Gestor de Atividades Organizacionais
Especialista de Educação	Profissional de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

40

Farmacêutico/Bioquímico	Profissional de Serviços de Saúde
Fiscal de Obras e Posturas	Fiscal de Obras e Meio Ambiente
Fiscal de Obras e Posturas	Fiscal de Posturas e Consumo
Fiscal de Tributos Municipais	Fiscal de Tributos Municipais
Fiscal de Vigilância Sanitária	Técnicos de Serviços de Saúde I
Fisioterapeuta	Profissional de Serviços de Saúde
Fonoaudiólogo	Profissional de Serviços de Saúde
Revisor de Máquinas Leves	Agente de Serviços Especializados II
Mecânico de Máquinas Pesadas	Agente de Serviços Especializados III
Médico	Profissional de Medicina
Médico Veterinário	Profissional de Serviços de Saúde
Mineralista I	Agente de Serviços Especializados I
Mineralista II (sem habilitação CDEH/DT)	Agente de Serviços Especializados II
Autógrafeiro	Profissional de Serviços de Saúde
Odontólogo	Profissional de Serviços de Saúde
Operador de Equip. Pesados	Agente de Serviços Especializados III
Operador de Máquinas Leves	Agente de Serviços Especializados II
Psicólogo	Agente de Serviços Especializados I
Professor I, II e III	Profissional de Educação
Psicólogo	Profissional de Serviços de Saúde
Recupernista	Assistente de Serviços Organizacionais II
Soldado	Agente de Serviços Especializados I
Técnico de Enfermagem	Técnicos de Serviços de Saúde II
Técnico de Saúde Pública	Técnicos de Serviços de Saúde I
Técnicos de Serviços de Engenharia	Técnicos de Serviços Organizacionais
Técnicos em Rios II	Técnicos de Serviços de Saúde II
Terapeuta Ocupacional	Profissional de Serviços de Saúde
Vigilante Sanitário	Assistente de Serviços de Saúde I



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO III

LEI COMPLEMENTAR Nº146, DE 04 DE SETEMBRO DE 2007.

DE NOMINAÇÕES E SÍMBOLOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
DE DIREÇÃO, GERÊNCIA E APOIO SUPERIOR

SÍMBOLO	DE NOMINAÇÃO (O) CARGO
CGAS - 01	Assessor Jurídico
CGAS - 02	Diretor dos Serviços Hospitalares
CGAS - 03	Secretaria - Adjunta
CGAS - 04	Assessor Especial
CGAS - 05	Diretor de Departamento
CGAS - 06	Diretor de Fundo de Previdência
CGAS - 07	Diretor de Escola
CGAS - 08	Assessor Executivo I
CGAS - 09	Assessor de Comunicação
CGAS - 10	Assessor Executivo II
CGAS - 11	Diretor Adjunto de Escola
CGAS - 12	Assessor I
CGAS - 13	Assessor II

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO VII

LEI COMPLEMENTAR Nº 048, DE 04 DE SETEMBRO DE 2007

VENCIMENTO DOS SÍMBOLOS DOS CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO	VENCIMENTO	REPRESENTAÇÃO x (%)
CGAS -02	2.500,00	50%
CGAS -03	1.800,00	50%
CGAS -04	1.775,00	50%
CGAS -05	1.400,00	50%
CGAS -06	1.200,00	50%
CGAS -07	1.150,00	50%
CGAS -08	950,00	50%
CGAS -09	850,00	50%
CGAS -10	800,00	50%

(*) Índice sobre vencimento do cargo em comissão símbolo 02(02)-02



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

40

ANEXO IX

LEI COMPLEMENTAR Nº 448, DE 04 DE SETEMBRO DE 2007.

DESIGNAÇÕES E SÍMBOLOS DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA
DE SUPERINTENDENTE E ASSISTÊNCIA

SÍMBOLO	DESIGNAÇÃO
FCSA-01	Superior de Serviço
FCSA-02	Superior de Equipe
FCSA-03	Encargado de Serviço
FCSA-04	Encargado de Equipe
FCSA-05	Assistente de Gabinete

ANEXO X

LEI COMPLEMENTAR Nº 448, DE 04 DE SETEMBRO DE 2007.

ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DOS SÍMBOLOS
DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

SÍMBOLO	ÍNDICE BÁSICO (*)
FCSA-01	80%
FCSA-02	70%
FCSA-03	60%
FCSA-04	50%

(*) Índice sobre vencimento-de cargo em comissão símbolo DCAL-01

